

José Reis
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais
Coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas

Uma Cronologia das Crises

Para um economista com as minhas “afinidades eletivas”, uma teoria das crises é irmã gémea da teoria da acumulação e da compreensão dos longos períodos de estabilidade do capitalismo. O motor que puxa é o mesmo motor que gripa – ou que apenas soluçã e tem os seus solavancos. É isto que resulta de vivermos sob um mesmo ambiente económico, social e político, a que chamamos capitalismo, e não sob uma concorrência de sistemas ou modos de produção. Se assim fosse, podíamos pensar noutras razões. Mas não é o caso. Na verdade, quando o capitalismo é a nossa matéria de estudo, é tão relevante compreendermos a sua longa e secular duração, a sua persistência, como a tendência comprovada para desembocar em crises e em trajetórias convulsas.

Há crises que foram solavancos resolvidos com a mudança de combustível, sem mudar de carro nem de motor. Outras obrigaram a mudar a engrenagem, sem destruir o carro. Não vem ao caso discorrer sobre a crise dos anos 70, no mundo e em Portugal, nem sobre a crise fundadora – essa verdadeiramente luminosa – que a democracia do 25 de abril se encarregou de transformar num dos mais originais, intensos e longo períodos de desenvolvimento dos últimos 50 anos. Este é um ponto geralmente obscurecido pelas convenções prevalecentes. Podia deter-me nas crises que só duraram um ano: a de 1975, a de 1984, a de 1993 e a 2003 (quando tivemos taxas negativas de crescimento do PIB). Isso seria útil para relembrar como tudo mudou com a crise desencadeada pela economia política da austeridade – por tal razão, dou a este momento a designação de uma forma de economia política (uso a ideia de formas de economia política para designar grandes momentos de organização ou desorganização da economia). Neste caso, parece claro que o motor, não tendo sido mudado, sofreu adaptações bastante significativas. Não foi só uma questão de combustível.

Foi esta crise, radicalmente diferente das outras, que originou o Observatório sobre Crises e Alternativas. E, porventura, é aqui, neste tempo curto, que basta situar o início da nossa cronologia, agora que outras crises se lhe seguiram, para nosso espanto.

Sabem bem por que é que a primeira crise desta cronologia mais estrita fundou o Observatório. Eram tempos em que se tornou urgente interpretar e discutir as interpretações, sabendo-se que isto ocorria num campo difícil: hierárquico, desequilibrado, onde uns têm muito poder (e são dominantes) e outros pouco (mas não estão desprovidos de capital intelectual e de legitimidade, incluindo aquela que mais prezamos, a académica). O nosso colega Boaventura de Sousa

Santos lembrou-nos isso quando escreveu que “o modo como se define uma crise” é decisivo. Por outro lado, era preciso assumir o valor do espaço público, do debate e, corajosamente, da criação de alternativas. Tivemos, pois, esse propósito muito preciso e concreto.

A crise desencadeada pela financeirização e pela austeridade, a primeira das “nossas” crises (do Observatório), tem tempo e tem circunstâncias. Quais são exatamente um e outras? Devemos incluir já a segunda metade dos anos 90? Começou então a sujeição da política económica à finalidade de garantir que conseguíamos cumprir os critérios de Maastricht para aderir ao Euro. Tinha-se tornado claro que ficávamos numa economia sob constrição macroeconómica, coisa que o baixo ciclo de crescimento 1993-2003 (contrastante com o longo ciclo da democracia, primeiro, e primeira fase da integração europeia, depois) bem elucidada. Devemos incluir o período frágil e instável que vai até à queda do PIB de 2009 e à reação inconsequente de 2010, o único ano que interrompe meia década de crescimento negativo ou praticamente nulo? Talvez não seja preciso ir tanto atrás na cronologia das crises que começa com a austeridade. Mas isto ajuda a revelar as circunstâncias e o tempo. Há sempre um tempo mais longo sob o qual se formam os momentos mais delimitados.

Começámos há dez anos, em 2012, como o *Dicionário das Crises e Alternativas*, com o primeiro *Barómetro* sobre “Desemprego e Emprego” e com múltiplas atividades em que propusemos o debate com a presença de várias perspetivas. O que densificou este primeiro ponto de uma cronologia foram questões com que nunca nos tínhamos defrontado na nossa contemporaneidade: uma perda do valor criado anualmente no país, da riqueza que originávamos durante um ano (é isto o PIB), de cerca de 27 mil milhões de euros em três anos, por comparação com o produto de 2010 (14% deste valor); uma destruição líquida de emprego de quase 1 milhão de postos de trabalho quando chegámos a 2013, por comparação como melhor que tínhamos feito uns anos antes. Mas, sobretudo, estava a ser lapidado, sob os nossos olhos, um conceito que nunca tínhamos visto tão cru: austeridade. Isto é, uma forma de economia política em que o poder delibera de forma explícita agir diretamente sobre os rendimentos nominais das famílias, os direitos do trabalho e a provisão pública cortando-os, cerceando-os e declarando-os excessivos, resultando isso numa desvalorização, tanto direta como indireta do trabalho e dos recursos públicos.

Nesta crise, não foram só as dinâmicas de bem-estar e criação de riqueza que foram afetadas. Foi a organização da economia e da sociedade que foi refeita, com impactos que hoje temos de continuar a estudar: na especialização produtiva, na emigração e na imigração, nas relações laborais. Não é por acaso que estes temas subsistem centrais no que estudamos no Observatório. Mesmo que lhes tenhamos juntado outros, como a habitação, a economia política da área metropolitana de Lisboa ou, em geral a financeirização. O motor é outro, passou a funcionar de outro modo. E não funciona bem.

Na cronologia que pode começar naqueles momentos que referi e de que 2013 é um ponto bem saliente, a negro, temos também de inserir a economia política da recuperação com a qual se procurou reparar os danos mais salientes nas famílias e no Estado.

Foi com esta economia e com esta sociedade alterada que nos deparámos com a segunda crise da nossa (do Observatório) pequena cronologia, a da pandemia. Espantados, desprovidos da prudência ou da imaginação que nos pudesse ter preparado para tal coisa, encontrámo-nos perante a estranheza de um sistema parado, ele que foi feito para intensificar vertiginosamente as transações, a mobilidade e o valor do que está “lá de fora”. Não cometemos o erro de pensar que esta era uma crise vinda de fora da nossa vida. É o modo como a nossa vida material se organiza que está no centro de tudo e, muito em especial, desta pandemia: cito rapidamente – intensas mobilidades com delapidação do ambiente, elevado consumo energético e criação de vulnerabilidades; “cadeias de valor globais”, com enfraquecimento da capacidade interna e geração de dependência nos sistemas de produção e provisão de proximidade – seja qual for a escala que consideremos: local, regional, nacional ou mesmo supranacional quando há contiguidades. Entre nós, encontrámos na crise o que lá pusemos: a dependência industrial que tínhamos acumulado, o trabalho precário que tornámos norma (ele arcou com os maiores efeitos da crise e foi para ele que a retoma se virou, quando se iniciou), a excessiva economia de serviços banais e, nela, o turismo que protegemos, assim como os outros os setores de baixa produtividade em que assentamos a criação de emprego.

25,4 mil milhões de euros de valor criado a menos nos anos de 2020 e 2021, por comparação com o produto de 2019: 12,5% a menos, um forte empobrecimento, a somar ao que tínhamos já sofrido. Felizmente, os números do emprego não assinalam tal rombo e sabe-se bem porquê. Porque conservámos capacidade de ação pública, da qual podemos, aliás, discutir se foi insuficiente. O que sabemos, isso sim, é que esta crise nos alertou para os mais sérios problemas de sustentabilidade, particularmente sentidos numa economia periférica europeia como é a nossa.

A terceira crise é aquela com que, também subitamente, nos confrontámos a 24 de fevereiro deste ano. De novo, não seria despidendo interrogarmo-nos sobre quando começa este momento que associamos a um dia. Não tratarei disso. Há, no entanto, uma coisa que sabemos: há uma guerra na Europa, mas talvez ela não seja apenas europeia. Reencontramos, uma vez mais, alguns dos termos excessivos em que se estabeleceu a economia mundial, as suas relações fundamentais, como as da energia e dos abastecimentos, e reencontramos os grandes poderes, o confronto de grandes poderes. Reencontramos uma palavra velha: imperialismo. O que se vai passar na sociedade e na economia portuguesa enquanto o mundo parece desabar e enquanto se reorganiza radicalmente? Vai tudo limitar-se a outra palavra velha que perpassa por todos os discursos, inflação?

Não sou “tremendista”, embora aprecie Caravaggio, e temos uma cronologia para continuar. Como é que, daqui a três ou quatro anos, vamos caracterizar esta nossa (do Observatório e dos seus estudos) terceira crise? Como uma crise de refundação das lógicas de acumulação, agora que os capitais financeiros retomam juros positivos? Agora que o velho consenso da reposição nos salários dos efeitos da evolução dos preços e da produtividade está feito em migalhas? Agora, que o mercado de trabalho deixou de assentar numa relação salarial estabilizada e é povoado de múltiplas figuras a que alguns chamam híbridas? Será ela uma crise que disfarçaremos porque, como fazemos quando a pandemia parece abrandar? Continuaremos a multiplicar contratos a prazo, estimularemos alegremente o turismo e todas as formas de mobilidade? Usaremos até à exaustão toda a mão-de-obra disponível, salvo a que continuará a emigrar? Declararemos que “vai ficar tudo bem”?

Ou, pelo contrário, as alternativas tornar-se-ão irrecusáveis? Como aquelas que fomos propondo na primeira das nossas crises, concretizando-se algumas, permanecendo outras à distância e, porventura, agravando-se as razões que sugeriam outras ainda. Em matéria de alternativas os nossos tópicos foram até agora a alteração da especialização do país, a recomposição das relações laborais, a qualificação do emprego e a salvaguarda da ação pública. Continuarão a ser. Mas outros assuntos se foram juntado, também para configurar alternativas: a provisão de habitação e a regulação ativa de algumas das suas formas; a reconstituição do território urbano num país abalado pelo peso de uma Área Metropolitana de Lisboa, excessiva, internamente cada vez mais assimétrica e em acelerado processo de desqualificação da sua base económica, para mal de todos nós; a reorganização económica através do valor da proximidade (em várias escalas), colmatando dependências cada vez mais graves, tornando-se o país mais forte no conteúdo nacional das nossas atividades, a começar nas exportações, onde é demasiado pesado o reprocessamento daquilo que importámos. O planeamento, enfim.

Bem gostaria que na nossa cronologia pudéssemos vir a incluir uma crise que, afinal, foi uma crise refundadora da economia e da sociedade. Cá estaremos para ver.